

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

CELEBRADO ENTRE

CDGN

NA QUALIDADE DE VENDEDORA

E

BAHIAGÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

ÍNDICE

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS.....	2
2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO.....	9
3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO	9
4. CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE CONTRATADA.....	10
5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.....	11
6. CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA.....	13
7. CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DO GÁS	16
8. CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO	18
9. CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS.....	19
10. CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS	21
11. CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS.....	24
12. CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.....	26
13. CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO	27
14. CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	30
15. CLÁUSULA QUINZE – CESSÃO DE ÁREA	33
16. CLÁUSULA DEZESSEIS – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	33
17. CLÁUSULA DEZESSETE – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO .	37
18. CLÁUSULA DEZOITO – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	38
19. CLÁUSULA DEZENOVE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	39
20. CLÁUSULA VINTE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.....	40
21. CLÁUSULA VINTE E UM – NOVAÇÃO.....	41
22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – CONDUTA DAS PARTES	41
23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DISPOSIÇÕES GERAIS	42
24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES	45
25. ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO GÁS.....	46
26. ANEXO II - TERRENO	47
27. ANEXO III - CONDIÇÕES DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL PELO MODAL RODOVIÁRIO.....	48
28. ANEXO IV - NOTIFICAÇÃO	49
29. ANEXO V - CONTRATO PRELIMINAR VINCULANTE.....	51
30. ANEXO VI - PONTO DE ENTREGA ADICIONAL	54

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM CDGN E BAHIA GÁS

Pelo presente instrumento,

CDGN LOGÍSTICA S.A., sociedade com sede na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 2302, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-918, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.484.996/0001-71, doravante denominada “VENDEDORA” neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de vendedora, e

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, sociedade com sede na Av. Prof. Magalhães Neto, nº 1.838, Ed. Civil Business, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.432.153/0001-20, doravante denominada “COMPRADORA” neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora,

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES” e

CONSIDERANDO QUE:

- I. conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da LEI;
- II. conforme contrato de regulamentação da concessão firmado em 06/12/1993, a COMPRADORA é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado da Bahia;
- III. a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de GÁS NATURAL do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- IV. a VENDEDORA adota estratégias comerciais que visam ampliar a oferta de GÁS NATURAL e biometano, produtos que, por si só, são sinônimos de desenvolvimento e de preservação ambiental;
- V. Conforme Autorização ANP nº 318 de 24/06/2009, a VENDEDORA está autorizada a realizar a atividade de distribuição de gás natural comprimido (GNC) a granel em todo o território nacional, nos termos da resolução ANP Nº 41, de 05/12/2007;
- VI. Conforme Autorização ANP nº 1.029 de 12/09/2018, a VENDEDORA está autorizada a exercer a atividade de comercialização de GÁS NATURAL na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP;

- VII. a VENDEDORA deseja vender e entregar à COMPRADORA GÁS NATURAL, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido GÁS da VENDEDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos; e
- VIII. a compra e venda de GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no Inciso I, Parágrafo 3º do Artigo 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016;

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural ("CONTRATO"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Sempre que iniciados ou grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.
- (d) O termo "ano" quando não grafado em maiúscula significará ano civil.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 17.2 e seus subitens.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM.

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa o CBMA (Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem), responsável pela condução da Mediação e Arbitragem, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSETE – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

CAMPOS: significam o Campos de Iraí (Bacia Tucano Sul), o Campo de Tiê (Bacia do Recôncavo) e o campo que resultar da Bloco TUC-T-139 (Bacia Tucano Sul) em que estiver localizado o Poço Cajuba (poço designado como 1-FCB-001-BA).

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA DEZESSEIS – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

COMPROMISSO DE RECEBIMENTO: é o compromisso da COMPRADORA de retirar ou pagar a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA até o limite da QUANTIDADE DÁRIA CONTRATUAL, nos termos do item 7.1.

CONDIÇÕES BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE ENTREGA: significa o conjunto de parâmetros para a pressão de fornecimento e vazão do GÁS no PONTO DE ENTREGA, conforme especificados no item 9.3.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR – PCS, em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás, seus anexos e termos aditivos.

CONDIÇÕES DO CONTRATO DE SERVIÇOS: significa as condições do contrato de prestação de serviços que pode vir a ser celebrado entre as PARTES, conforme definido no item 6.6.1 deste CONTRATO.

CONSÓRCIO-ERG: significa o CONSÓRCIO ERG PETRÓLEO E GÁS, um consórcio de empresas formado pela Panergy Petróleo e Gás LTDA. e pela ERG Petróleo e Gás Ltda., que figura como vendedor no CONTRATO CONSÓRCIO-BAHIAGÁS.

CONTRATO CONSÓRCIO-BAHIAGÁS: contrato de compra e venda de gás celebrado entre o CONSÓRCIO-ERG (na qualidade de vendedor) e a BAHIA GÁS (na qualidade de compradora) em 30/07/2007.

DATA DE INÍCIO DE FORNECIMENTO: significa a data de início do suprimento do GÁS objeto deste CONTRATO, definida conforme o item 3.2.

DIA ÚTIL: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente na Cidade de Salvador, no Estado da Bahia e na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00h00 (zero hora) e término às 24h00 (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Salvador/BA.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: significa o direito de preferência da COMPRADORA para adquirir GÁS NATURAL da VENDEDORA nos termos do item 4.2.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

ESTAÇÃO DE ENTREGA: é, com relação a cada PONTO DE ENTREGA em que o GÁS for entregue no modal rodoviário (GNC ou GNL), a unidade de descompressão de GÁS de propriedade da VENDEDORA.

Este documento foi assinado digitalmente por Larisse Karina Salazar Gonsalves De Oliveira, Mauricio Torres Moreira e Joao Carlos Gonchorosky. Este documento foi assinado com o Certificado de Compra e Venda de Gas Natural CPGN / Bahia Juares Valenca Abdalla Junior.

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00h00 (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24h00 (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. “Mensalmente” será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO: significa a NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA, emitida nos termos do item 4.2.1(iii), por meio da qual a COMPRADORA exerce o DIREITO DE PREFERÊNCIA.

NOTIFICAÇÃO DE OFERTA: significa a NOTIFICAÇÃO da VENDEDORA à COMPRADORA, emitida nos termos do item 4.2.1(i), por meio da qual a VENDEDORA oferece determinada QUANTIDADE SUJEITA AO DIREITO DE PREFERÊNCIA – QSDP à COMPRADORA.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, efetuada por escrito e cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA DEZENOVE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

PARADA PROGRAMADA: significa situações transitórias comunicadas antecipadamente, que resultem em redução total ou parcial do fornecimento ou no recebimento de GÁS, para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, em equipamentos ou condutos vinculados ao fornecimento ou recebimento do GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas Quilocalorias por METRO CÚBICO de GÁS);

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido, determinado de acordo com item 10.3.2. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA.

PONTO DE ENTREGA: consiste em cada uma das instalações necessárias à disponibilização do GÁS nas condições contratuais incluindo o respectivo SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA.

PONTO DE ENTREGA ADICIONAL: é qualquer PONTO DE ENTREGA estabelecido pelas PARTES nos termos do item 9.3.1 e subitens.

PONTOS DE ENTREGA INICIAIS: São os locais indicados no item 9.1.

PONTO DE TRANSFERÊNCIA: É, com relação a cada PONTO DE ENTREGA, o último flange ou válvula de propriedade da VENDEDORA ou de terceiros por esta contratada a jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA, local onde ocorre a transferência da posse e da propriedade do GÁS para a COMPRADORA.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

PRESSÃO DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do PONTO DE TRANSFERÊNCIA.

PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO: significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela COMPRADORA, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao PONTO DE ENTREGA em questão, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica máxima de operação medida imediatamente a montante do PONTO DE TRANSFERÊNCIA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica mínima de operação medida imediatamente a montante do PONTO DE TRANSFERÊNCIA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS, conforme especificações e características de qualidade descritas no ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO GÁS.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE CONTRATADA.

QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente colocada pela VENDEDORA à disposição da COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA, em um determinado DIA, apurada conforme item 6.4.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA programou para entrega no PONTO DE ENTREGA, conforme procedimento, condições, limites e prazos previstos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA em determinado DIA, calculada de acordo com o item 10.3.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.3.

QUANTIDADE MEDIDA (QM): significa a QUANTIDADE DE GÁS total apurada em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada DIA na forma do item 7.2.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR): significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à VENDEDORA por QUANTIDADES NÃO RETIRADAS.

QUANTIDADE PRIORITÁRIA: significa a QUANTIDADE DE GÁS que, em cada DIA, é fornecida nos PONTOS DE ENTREGA ADICIONAIS, segundo ordem de prioridade estabelecida pelas PARTES por meio de aditivo a este CONTRATO celebrado por escrito.

QUANTIDADE RECUPERADA (QR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, recuperada pela COMPRADORA do remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, na forma do item 7.4 e seus subitens.

QUANTIDADE SUJEITA AO DIREITO DE PREFERÊNCIA (QSDP): significa a QUANTIDADE DE GÁS de propriedade da VENDEDORA adicional à soma da (i) QDC deste CONTRATO; (ii) 150.000 m³/DIA (que corresponde à QUANTIDADE DE GÁS objeto de contrato de compra e venda celebrado entre a CDGN, na qualidade de vendedora, e terceiros até a data deste CONTRATO) e (iii) a QUANTIDADE DE GÁS objeto do CONTRATO CONSÓRCIO-BAHIAGÁS, caso tal contrato esteja em vigor.

QUANTIDADE SUJEITA AO DIREITO DE EXCLUSIVIDADE (QSDE): significa a QUANTIDADE DE GÁS que, em cada DIA, é resultante da subtração (a) de 150.000m³/DIA de GÁS (que corresponde à QUANTIDADE DE GÁS objeto de contrato de compra e venda celebrado entre a CDGN, na qualidade de vendedora, e terceiros até a data deste CONTRATO) somada com a QUANTIDADE DE GÁS objeto do CONTRATO CONSÓRCIO-BAHIAGÁS, caso tal contrato esteja em vigor; da (b) totalidade da QUANTIDADE DE GÁS retirada pela CDGN nos CAMPOS no mesmo DIA, limitada à QDC deste CONTRATO.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO: significa o gasoduto que integra a rede da BAHIA GÁS que receberá o GÁS proveniente da VENDEDORA, por meio do ramal que o interliga ao PONTO DE ENTREGA.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o laudo definitivo a ser apresentado pelo tribunal ARBITRAL às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

$$PG = PGI + PGB, \text{ onde}$$

PG	É o PREÇO DO GÁS.
PGI	É a parcela do PREÇO DO GÁS correspondente à logística e operação.
PGB	É a parcela do PREÇO DO GÁS correspondente à molécula de gás.

5.1.1. A parte do PREÇO DO GÁS (PG) correspondente à parcela relativa à logística e operação será reajustada anualmente no mês de maio com base na variação do IPCA, aplicando-se a fórmula seguinte:

$$PGI = PGI_0 \times \frac{IPCA}{IPCA_0}$$

PGI	Parte do PREÇO DO GÁS reajustado em reais por METRO CÚBICO, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, ARREDONDANDO-SE o valor obtido para quatro casas decimais.
PGI ₀	É o valor de R\$ 0,7000 /m ³ (setenta centavos por METRO CÚBICO) nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, relativo a 1º de maio de 2022.
IPCA	É valor do número-índice correspondente ao segundo MÊS anterior ao MÊS de aplicação do reajuste (março).
IPCA ₀	É o valor do número-índice correspondente ao mês de março de 2022 e igual a 6.315,93.

5.1.2. A parte do PREÇO DO GÁS nos PONTOS DE ENTREGA INICIAIS correspondente à molécula do gás será reajustada nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ANO, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$PGB = \frac{7,65\% \times Brent_t \times TC_t}{26,8081}, \text{ onde:}$$

PGB	Parte do PREÇO DO GÁS reajustado em reais por METRO CÚBICO, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, ARREDONDANDO-SE o valor obtido para quatro casas decimais;
Brent _t	É o preço médio do barril em dólares norte-americanos de petróleo tipo Brent ("Europe Brent Spot Price FOB") referente aos meses m-4, m-3 e m-2 (sendo "m" o mês de atualização), partir da data de assinatura deste CONTRATO, conforme publicado pela EIA (Energy Information Administration) (Código: RBRTED).
TC _t	É a média das taxas de câmbio diárias de venda do dólar dos Estados Unidos da América referente aos meses m-4, m-3 e m-2 (sendo "m" o mês de atualização), divulgada pelo Sistema do Banco Central do Brasil (SISBACEN), identificada como transação PTAX, código da Moeda 220.

5.1.3. O reajuste do PREÇO DO GÁS nos PONTOS DE ENTREGA INICIAIS deverá levar em conta a variação positiva e a variação negativa da cotação do Brent, do dólar e do IPCA, sendo que, no caso da parcela do PREÇO DO GÁS correspondente à logística e operação ("PGI"), o valor reajustado não poderá ser menor que o PGI₀.

5.2. A VENDEDORA se compromete a estudar e propor à COMPRADORA, em até 180 (cento e oitenta) DIAS contados da celebração deste CONTRATO, os valores e prazos aplicáveis para que a entrega do GÁS objeto deste CONTRATO seja realizada por gasodutos (em vez do modal rodoviário).

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

6.1. A partir da DATA DE INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se (i) programar e destinar, a cada DIA, a QUANTIDADE SUJEITA AO DIREITO DE EXCLUSIVIDADE – QSDE exclusivamente à COMPRADORA para compra nos termos e condições estabelecidos neste CONTRATO até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL; e (ii) a disponibilizar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) de acordo com as condições de qualidade estabelecidas no item 11.1.

6.2. Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO

No caso de FALHA NO FORNECIMENTO em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos:

$$PFF = 0,30 \times PG \times QF, \text{ onde:}$$

PFF	É o valor da penalidade devida pela VENDEDORA por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão.
QF	É a QUANTIDADE FALTANTE no DIA em questão.
PG	É o PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.1. A penalidade estabelecida no item 6.2 tem caráter compensatório e é a única indenização cabível no caso de FALHA NO FORNECIMENTO. Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 6.2 representa a totalidade de indenização exigível da VENDEDORA, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos da COMPRADORA. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

6.3. QUANTIDADE FALTANTE

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

QF _j	É a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j”, sendo certo que, para cada DIA, a QF será igual a zero se naquele DIA a QDD for igual ou maior que a QDP.
QDP _j	Significa, para o DIA “j”, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA.
QDD _j	é a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA no DIA “j”.
QNPP _j	É a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS para o DIA “j”, desde que estas já não tenham sido consideradas quando de determinação da QDP para o respectivo DIA.
QNFM _j	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA “j”, desde que estas já não tenham sido consideradas quando de determinação da QDP para o respectivo DIA.

6.4.1.Quando se registrar no PONTO DE TRANSFERÊNCIA, durante todo o DIA, pressões maiores ou iguais à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO e não houver restrição no fornecimento de GÁS NOTIFICADA pela VENDEDORA à COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:

- 6.4.2. Observado o disposto no item 6.4.4, quando se registrar em determinado PONTO DE TRANSFERÊNCIA, em qualquer momento do DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO menores à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO, ou quando houver restrição no fornecimento de GÁS NOTIFICADA pela VENDEDORA à COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será igual à soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).

- (a) a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) NOTIFICADA pela COMPRADORA na forma prevista no item 11.3(b); ou
- (b) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR).

Este documento foi assinado digitalmente por Larisse Karina Sallum e Gonçalves De Oliveira, Mauricio Torres Moreira e Joao Carlos Gonchorosky. Este documento foi assinado com o Certificado de Compra e Venda de Gas Natural em CPGN / Bahia das Juarez Valenca Abdalla Junior.

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO; ou (iii) em qualquer hipótese em que a COMPRADORA rejeitar o GÁS que atender as Especificações de Qualidade previstas na CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS ou (iv) a pressão na REDE DE DISTRIBUIÇÃO da COMPRADORA a jusante do PONTO DE TRANSFERÊNCIA seja superior à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO, restringindo a capacidade da VENDEDORA de fornecer o GÁS, o cumprimento do COMPROMISSO DE RECEBIMENTO da COMPRADORA será verificado mediante a apuração da eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) referente ao respectivo DIA, a qual será calculada conforme a seguinte fórmula, desde que o resultado seja positivo:

$$QNR = 0,95 \times QDP - (QN_{FF} + QN_{FM} + QN_{PP} + QG_R) - QDR$$

QNR	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente DIA; a QNR será igual a zero, quando o resultado da QNR for negativo.
QDP	É a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) no DIA.
QN _{FF}	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo DIA.
QN _{FM}	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo DIA.
QN _{PP}	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo DIA, calculada de acordo com o previsto no item 12.4.
QG _R	É a QUANTIDADE DE GÁS reduzida pela COMPRADORA da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA na forma do item 6.6.2 deste CONTRATO no respectivo DIA.
QDR	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no DIA

7.2.1. Caso em qualquer DIA de determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR), na forma do item 7.2, a COMPRADORA deverá pagar o montante previsto no item 13.2.

7.2.2. A QNR não estará sujeita ao Compromisso de Exclusividade da VENDEDORA, que poderá (mas não será obrigada a) fornecer tais quantidades a terceiros.

7.3. QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR)

Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 7.2.1, as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) somar-se-ão ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

7.4. Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR)

CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

- (i) a ESTAÇÃO DE ENTREGA denominada Estação Mata de São João, localizada no município de Mata de São João/BA, cujas coordenadas geográficas são as seguintes: 12°32'07.4"S 38°18'30.5"W.
- (ii) a ESTAÇÃO DE ENTREGA denominada Estação Humildes, localizada município de Feira de Santana/BA, cujas coordenadas geográficas são as seguintes: 12°21'17.4"S 38°51'09.2"W.

9.1.2. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE TRANSFERÊNCIA de propriedade serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE TRANSFERÊNCIA serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.3. As CONDIÇÕES DE ENTREGA nos PONTOS DE ENTREGA INICIAIS são apresentadas na seguinte tabela, onde as vazões são expressas nas CONDIÇÕES BASE:

Estação de Entrega	Pressão Mínima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Limite de Fornecimento (kgf/cm²g)	Vazão Máxima Instantânea (mil m³/h)
Mata de São João	30,0	38,0	51,0	5.500
Humildes	27,0	30,0	35,0	2.500

9.3.2.As PARTES atestam que a COMPRADORA entregou à VENDEDORA todos os projetos de engenharia, informações e especificações técnicas necessárias à conexão da ESTACÃO DE ENTREGA de Mata de São João ao gasoduto de distribuição. Nesse

- (i) o fornecimento de GÁS por, no mínimo, 5 (cinco) ANOS no referido novo PONTO DE ENTREGA;
- (ii) a disponibilização pela COMPRADORA à VENDEDORA, de área conforme especificação da VENDEDORA, dentro dos parâmetros e condições usuais da indústria considerando as dimensões e especificações dos equipamentos (incluindo veículos) da VENDEDORA.

- (iii) acordo das PARTES quanto às especificações e características de qualidade do GÁS a ser entregue no PONTO DE ENTREGA ADICIONAL, caso a mesma não atenda ao disposto na Resolução ANP nº 16/2008.
- (iv) a VENDEDORA tenha capacidade técnica de entregar, de forma segura e constante, a quantidade de GÁS necessária ao atendimento do PONTO DE ENTREGA ADICIONAL, considerando aspectos logísticos da produção do GÁS, do seu transporte ao PONTO DE ENTREGA ADICIONAL e da sua distribuição pela COMPRADORA ao usuário final.

9.4.3. Para cada PONTO DE ENTREGA ADICIONAL a ser incluído neste CONTRATO, as PARTES formalizarão um instrumento aditivo, nos termos do modelo constante do ANEXO VI - PONTO DE ENTREGA ADICIONAL, que deverá constar, no mínimo, as seguintes disposições:

- (i) PREÇO DO GÁS no PONTO DE ENTREGA ADICIONAL, assim como índices e periodicidade de seu reajuste;
- (ii) Condições de Entrega;
- (iii) Especificações de Qualidade; e
- (iv) Prioridade de entrega com relação a outros PONTOS DE ENTREGA.

9.4.4. Exceto se de outra forma acordado por escrito pelas PARTES, as QUANTIDADES DE GÁS entregues nos PONTOS DE ENTREGA ADICIONAIS (i) não serão acrescidas à QDC e (ii) serão consideradas QUANTIDADES PRIORITÁRIAS em regra de alocação a ser definida em aditivo a este CONTRATO específico a ser celebrado entre as PARTES.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS

10.1. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI.

10.1.1. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

10.1.2. As PARTES acordam que, para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA (QM) no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

10.2. A medição do volume de GÁS fornecido à COMPRADORA será efetuada pelo SISTEMA DE MEDICAÇÃO da VENDEDORA.

10.3. Para determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) pela COMPRADORA em determinado DIA e no PONTO DE ENTREGA, multiplicar-se-á a QUANTIDADE MEDIDA (QM) pelo fator (fq), ARREDONDADO até a quarta casa decimal, obtido da divisão do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio diário do

GÁS no respectivo DIA no PONTO DE ENTREGA pelo PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR = QM \times f_q$$

$$f_q = \frac{PCS_m}{PCR} \quad \text{onde:}$$

QDR	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), em determinado PONTO DE ENTREGA;
QM	É a QUANTIDADE MEDIDA (QM), no PONTO DE ENTREGA em questão;
f_q	É o fator de conversão da QM para QDR, ARREDONDADO até a quarta casa decimal;
PCS_m	É o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA em determinado PONTO DE ENTREGA, ARREDONDADO até a terceira casa decimal; e
PCR	É o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

10.3.1. Os dados relativos à medição do GÁS estabelecidos nesta CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS serão disponibilizados por meio eletrônico em tempo real para a COMPRADORA, ficando acordado que, na hipótese de indisponibilidade temporária desse sistema, a VENDEDORA poderá enviar um relatório contendo as medições do GÁS efetuadas no referido DIA em que o sistema esteve indisponível.

10.3.2. A determinação do PCS deverá ser feita com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (Quilocaloria por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA.

10.4. CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA.

10.4.1. A periodicidade da CALIBRAÇÃO e os critérios de aceitação dos equipamentos do SISTEMA DE MEDIÇÃO da VENDEDORA atenderão ao disposto na Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 01/2013.

10.4.2. As CALIBRAÇÕES serão realizadas pela VENDEDORA ou por terceiros por ela contratados, devendo a VENDEDORA enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA comunicando a realização do evento com no mínimo 5 (cinco) DIAS ÚTEIS de antecedência, de forma a possibilitar que esta se faça representar no acompanhamento dos trabalhos.

10.4.3. Nenhum ajuste será efetuado no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA caso a CALIBRAÇÃO indique que ele esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA

10.4.4. Caso determinada CALIBRAÇÃO indique que o referido SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será adotado o seguinte procedimento:

- (a) A VENDEDORA determinará tecnicamente o respectivo fator de correção da QUANTIDADE MEDIDA (QM), sendo facultado à COMPRADORA acompanhar os trabalhos.
- (b) O fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de CALIBRAÇÃO, mediante simulação para cálculo da vazão a partir dos valores médios das variáveis de processo.
- (c) Uma vez que os cálculos sejam aceitos pela COMPRADORA, será lavrado um termo que as PARTES subscreverão sem ressalvas, no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes.
- (d) Caso a COMPRADORA não esteja de acordo com os referidos cálculos, deverá mediante NOTIFICAÇÃO, em até 5 (cinco) DIAS, comunicar a discordância à COMPRADORA, fundamentando os motivos de seu desacordo. Caso a VENDEDORA não se pronuncie, considerar-se-á a concordância com os referidos cálculos.

10.4.5. Comprovadamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO da VENDEDORA esteve fora de CALIBRAÇÃO, será aplicado o fator de correção a que se refere o item 10.4.4 para fins de determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) do correspondente período.

10.4.6. Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de CALIBRAÇÃO, o fator de correção, calculado conforme disposto no item 10.4.4, será aplicado sobre cada QUANTIDADE MEDIDA (QM) (i) nos 60 (sessenta) DIAS anteriores à CALIBRAÇÃO que detectou o erro; ou (ii) na última metade do período de tempo entre a detecção do erro e a CALIBRAÇÃO anterior do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA VENDEDORA; prevalecendo o menor período de tempo.

10.4.7. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO, solicitar CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO da VENDEDORA fora da periodicidade estabelecida no item 10.4.1. A VENDEDORA enviará à COMPRADORA, no prazo de 20 (vinte) DIAS ÚTEIS, uma NOTIFICAÇÃO com uma estimativa dos custos.

- (a) Caso a VENDEDORA confirme, mediante NOTIFICAÇÃO, esta CALIBRAÇÃO, e o fator de correção apurado seja igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA, conforme o caso.

- (b) Caso contrário, se o fator de correção apurado for superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela VENDEDORA.

10.5. Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO da VENDEDORA que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA (QM), sem interrupção no fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) relativa a esse DIA será determinada da seguinte forma hierárquica:

- (a) Com base em medições apuradas no sistema de medição da COMPRADORA, imediatamente à jusante do PONTO DE ENTREGA, se houver;
- (b) Pelo somatório das medições dos pontos de consumo vinculados ao sistema de distribuição da COMPRADORA;
- (c) Com base em quaisquer outros métodos acordado entre as PARTES.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA:

- (i) no PONTO DE ENTREGA INICIAL localizado na Estação de Mata de São João deverá apresentar as especificações e características de qualidade descritas no ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO GÁS, conforme permitido pelo disposto no parágrafo único do artigo 2º da Resolução ANP Nº 16/2008, observado o disposto no item 6.6.2 deste CONTRATO.
- (ii) no PONTO DE ENTREGA INICIAL localizado na Estação de Humildes deverá apresentar as especificações e características de qualidade previstas no regulamento anexo à Resolução ANP Nº 16/2008, ou outra que venha a substituí-la, exceto se vier a ser acordado de forma diversa, por escrito, pelas PARTES.

11.1.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA ADICIONAIS deverá apresentar as especificações e características de qualidade no regulamento anexo à Resolução ANP Nº 16/2008, ou outra que venha a substituí-la, exceto se vier a ser acordado de forma diversa, por escrito, por meio da celebração do aditivo indicado no item 9.4.3.

11.2. A determinação da QUALIDADE DO GÁS será efetuada pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA.

11.2.1. As PARTES acordam que, na hipótese de indisponibilidade dos equipamentos instalados no PONTO DE ENTREGA para determinação das características do GÁS, utilizar-se-á para este fim, caso existam, os equipamentos instalados no sistema de medição da COMPRADORA.

11.2.2. Caso nas instalações da COMPRADORA não existam equipamentos para determinação das características do GÁS, ou estejam indisponíveis, ou caso não atendam ao estabelecido no item 10.4.1, as PARTES deverão acordar sobre uma forma alternativa de apuração da qualidade do GÁS.

11.2.3. A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, no PONTO DE ENTREGA será efetuada por cálculo, a partir da composição determinada por cromatografia gasosa, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com base na norma ISO 6976:2016, ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

11.3. Sempre que a VENDEDORA tiver ciência da possibilidade de o GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE ENTREGA em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 11.1, as seguintes regras serão aplicadas:

- (a) A VENDEDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, imediatamente após identificada a não conformidade do GÁS em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS, informando-a da desconformidade esperada no GÁS e indicando quais seriam os prováveis itens em desconformidade, os respectivos desvios de qualidade.
- (b) Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO de que trata o item 11.3(a), a COMPRADORA deverá informar à VENDEDORA, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação. Fica expressamente estabelecido que a falta de manifestação da COMPRADORA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do horário de envio da NOTIFICAÇÃO mencionada, será considerada como opção da COMPRADORA de receber o GÁS fora de especificação.
- (c) Caso opte por receber o GÁS fora de especificação, a COMPRADORA fará jus a um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o PREÇO DO GÁS.
- (d) Caso a COMPRADORA decida não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação e, de fato, não retire o GÁS que informou que não retiraria após o horário que a VENDEDORA informou que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTO DE ENTREGA, estará caracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO, tomando-se por base a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) cuja entrega a COMPRADORA rejeitou e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS.
- (e) Caso a COMPRADORA tenha informado que rejeitaria o GÁS fora de especificação, mas, a despeito disto, o GÁS tenha sido retirado no PONTO DE ENTREGA, após o horário que a VENDEDORA informou que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTO DE ENTREGA, estará descaracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO e a COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pela QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), preservando-se, todavia, em favor da COMPRADORA, o direito ao desconto referido na alínea (c) acima.

11.3.1. Caso a VENDEDORA entregue GÁS fora de especificação prevista no item 11.1, sem que tenha enviado NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA da desconformidade existente, estará configurada uma FALHA NO FORNECIMENTO.

11.3.1.1. No caso de, em determinado DIA, o GÁS estar em desconformidade em relação às Especificações de Qualidade, para fins de cálculo da penalidade de FALHA DE FORNECIMENTO naquele mesmo DIA, será considerada como QUANTIDADE FALTANTE (QF): (i) a QUANTIDADE DE GÁS não entregue do GÁS em razão de recusa da COMPRADORA; e/ou (ii) a QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora das especificações de qualidade mesmo após a recusa da COMPRADORA com ou sem prévio aviso da VENDEDORA à COMPRADORA.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução no fornecimento e/ou no recebimento de GÁS para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, das instalações das PARTES. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser fornecida ou recebida durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de recebimento da COMPRADORA e de entrega da VENDEDORA.

12.2. A COMPRADORA tem direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS estará limitada ao total de 15 (quinze) DIAS por ANO.
- (b) Quando desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA, a COMPRADORA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.

12.3. A VENDEDORA tem direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS estará limitada ao total de 15 (quinze) DIAS por ANO.
- (b) Quando desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA, a VENDEDORA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.

12.4. A QUANTIDADE DE GÁS não recebida, em determinado DIA, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QN_{PPi} = QDP_i - QDR_i$$

Q_{NPP_j}	é a QUANTIDADE GÁS não recebida em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA “j”.
QDP_j	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j”.
QDR_j	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) para o DIA “j”.

CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \text{ODRM} \times PG$$

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
QDRM	É a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) em cada DIA do MÊS.
PG	é o PREÇO DO GÁS (PG) no último DIA do MÊS, observado o disposto no item 13.1.2.

13.1.1. Pelo fornecimento das QUANTIDADES RECUPERADAS (QRs) em um dado MÊS, a COMPRADORA pagará à VENDEDORA o valor obtido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = ORM \times PGI$$

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, pela entrega da QUANTIDADE RECUPERADA no MÊS em questão;
QRM	É a QUANTIDADE RECUPERADA (QR) no MÊS em questão;
PGI	é parcela do PREÇO DO GÁS (PG) referente à logística e operação calculada e atualizada conforme o item 5.1.1 para o MÊS

13.1.2. Nos MESES em que tiver ocorrido a hipótese prevista na alínea (c) do item 11.3, a VENDEDORA aplicará o desconto correspondente à QUANTIDADE DE GÁS fora de especificação.

13.2. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado DIA, na forma do item 7.2, será o produto do somatório das QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) em cada DIA do MÊS pelo valor correspondente ao PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$F_{TOP} = \sum_{j=1}^M QNR_j \times PG, \text{ onde}$$

F_{TOP}	é o valor a ser pago pela COMPRADORA em razão do não cumprimento do compromisso de retirada mensal estabelecido no item 7.1.
QNR_j	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em cada DIA “j” do MÊS.
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS.
PG	é o PREÇO DO GÁS (PG) no correspondente MÊS.
j	é um determinado DIA do correspondente MÊS.

13.3. Para fins dos itens 13.1, 13.1.1 e 13.2, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

13.4. Recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR)

13.4.1. Quando ocorrer a recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) através de QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QR), conforme item 7.4, será concedido à COMPRADORA um crédito, mediante a emissão de um DOCUMENTO DE CRÉDITO com valor determinado pela seguinte fórmula:

$$DCred_{QPNR} = QR_M \times PGB ; \text{ onde:}$$

$DCred_{QPNR}$	É o valor do DOCUMENTO DE CRÉDITO a ser creditado à COMPRADORA em face da recuperação, em R\$, em determinado MÊS, de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR).
QR_M	É a QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QR_M) no MÊS, com respectivo abatimento do saldo previsto no item 7.4.
PGB	É a parcela do PREÇO DO GÁS referente à molécula, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, referente ao MÊS da respectiva recuperação, sem tributos.

13.4.2. A QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QRM) no MÊS será apurada no fechamento do MÊS, e o seu respectivo valor (sem tributos) será creditado à COMPRADORA, em compensação de um respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA, no qual serão considerados os tributos devidos, referente ao MÊS da respectiva recuperação.

13.5. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças

As cobranças de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, serão realizadas MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.6. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA

13.6.1. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao fornecimento do GÁS deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.6.3.A apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA se dará por meio de NOTIFICAÇÃO.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 5º (quinto) DIA ÚTIL contados da data de apresentação.

O recolhimento dos tributos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.8.1. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.6 e 13.7.

13.8.2. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a multa no valor de 2% (dois por cento), atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo) e juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, pro rata tempore, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento.

13.10. Cobranças Objeto de Controvérsia

indenizações previstas para tal hipótese. Nesse caso ficará caracterizado o EVENTO DE INADIMPLEMENTO da VENDEDORA.

- (d) Descumprimento do compromisso de exclusividade na venda do GÁS produzido nos CAMPOS que for adquirido e distribuído pela VENDEDORA previsto no item 6.5 em determinado ANO que implique a entrega, na média do ANO, de QUANTIDADES DE GÁS inferiores a 80% (oitenta por cento) da QSDE, independentemente de a VENDEDORA ter pago as multas e indenizações previstas para tal hipótese. Nesse caso ficará caracterizado o EVENTO DE INADIMPLEMENTO da VENDEDORA;
- (e) Descumprimento do Compromisso de Recebimento pela COMPRADORA que, em determinado ANO, implique em um saldo de QPNR maior que 25% (vinte e cinco por cento) do somatório QDD do mesmo ANO, independentemente de a VENDEDORA ter pago as QNR, nos termos do item 13.2. Nesse caso ficará caracterizado o EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA.
- (f) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA DEZOITO – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.
- (g) Caducidade da concessão da COMPRADORA.

14.1.1. Em qualquer hipótese de EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA, a VENDEDORA poderá suspender o fornecimento do GÁS.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (b), (c), (d), (e), (f) ou (g) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.3. Caracterizado o EVENTO DE INADIMPLEMENTO por quaisquer das PARTES listados na alínea (a) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1. Na hipótese do item 14.3, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo previsto no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente com, no mínimo, 5 (cinco) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.4. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$$VInd = 20\% QDC \times DF \times PG$$

Onde:

VInd	É o valor de indenização a ser paga pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$.
QDC	É a QDC vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.
DF	É quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
PG	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.

14.4.1. Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.4.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.4 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.5. Adicionalmente às hipóteses previstas nesta CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, (i) na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO; ou (ii) na hipótese prevista no item 3.2.1. Nestas hipóteses nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.6. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução.

14.7. Caso o presente CONTRATO seja resolvido antecipadamente, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):

- (a) Caso a VENDEDORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução antecipada do CONTRATO pela COMPRADORA, adicionalmente ao pagamento da totalidade das verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 14.4.2, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) multiplicado pelo PREÇO DO GÁS, vigente na data da resolução do CONTRATO.
- (b) Caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela VENDEDORA, o montante correspondente ao

eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) deverá ser multiplicado pelo PREÇO DO GÁS, vigente na data da resolução do CONTRATO, e compensado com as verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO até o limite de 70% (setenta por cento) do valor das referidas verbas rescisórias..

CLÁUSULA QUINZE – CESSÃO DE ÁREA

15.1. Durante o prazo de vigência deste CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a ceder gratuitamente, a título de comodato, um TERRENO onde serão construídas as INSTALAÇÕES DA COMPRADORA da Estação de Entrega Mata de São João.

15.2. O TERRENO objeto do comodato está detalhado no ANEXO II - TERRENO, o qual é parte integrante e indissociável deste CONTRATO ("TERRENO").

15.3. Enquanto perdurar o comodato, a COMPRADORA será responsável por todos os encargos, tributos e despesas relativas ao TERRENO e responsabiliza-se pela guarda e segurança do TERRENO, bem como pelo fiel e integral cumprimento de todas as normas legais e regulamentares de natureza ambiental, aplicáveis à área e sua utilização, assumindo a obrigação de manter a VENDEDORA livre e indene de qualquer ação, reclamação ou indenização decorrente do não cumprimento do disposto neste item. A COMPRADORA não poderá ser responsabilizada por passivos ambientais que tenham se constituído anteriormente e não eram passíveis de identificação na data de imissão da COMPRADORA na posse do TERRENO.

15.4. Fica expressamente proibida a cessão pela COMPRADORA de qualquer direito sobre o TERRENO a que título for, obrigando-se a COMPRADORA a utilizar o TERRENO exclusivamente para a construir e operar as INSTALAÇÕES DA COMPRADORA.

CLÁUSULA DEZESSEIS – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

16.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e

(d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

16.2. Abrangência

16.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta CLÁUSULA DEZESSEIS – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição accidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES.
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público.
- (f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a produção dos poços que produzem o gás natural adquirido pela VENDEDORA e/ou a capacidade de transporte/distribuição do GÁS NATURAL comprimido por meio de carretas e/ou os equipamentos diretamente utilizados pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO.
- (g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA conectado ao PONTO DE ENTREGA.

16.3. Eventos excluídos

Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA.
- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, inclusive elétricas, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados.
- (d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO.
- (e) Depleção dos reservatórios dos poços que produzem o GÁS NATURAL adquirido pela VENDEDORA.

16.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 16.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

- (g) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS NATURAL a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

16.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 16.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

16.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 16.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

16.5. Obrigações não afetadas

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

16.6. Efeitos no Contrato

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO.

16.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

16.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

17.1. O CONTRATO será regido pelas LEIS brasileiras.

17.2. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação, aplicabilidade e/ou execução deste CONTRATO, antes de qualquer outra medida, as PARTES buscarão uma solução de consenso. Não se obtendo êxito nesse propósito, as controvérsias serão resolvidas por ARBITRAGEM, de acordo com as normas previstas nesta Cláusula.

17.2.1. A ARBITRAGEM será conduzida pelo CBMA, de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

17.2.2. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

17.2.3. Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. Não havendo consenso, caberá à CÂMARA indicar o ÁRBITRO ÚNICO.

17.2.4. Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

- (a) A PARTE que quiser suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO (“PRIMEIRO ÁRBITRO”).
- (b) A outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO (“SEGUNDO ÁRBITRO”).
- (c) O TERCEIRO ÁRBITRO será indicado pela CÂMARA.

17.2.5. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:



CLÁUSULA DEZENOVE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

VENDEDORA

Fone: (21) 96804-6139

CEP 41.810-012

Fone: (71) 3206-6198

VENDEDORA

Max Lotero

Marcelo Oleskvicz

Fone:

Operação: 71 99607 4127

Logística: 21 99146 2958

Plantão Emergencial: 0800 528 1003

Correios eletrônicos (e-mails):

centraldeoperacoes@cdgn.com.br

max.lotero@cdgn.com.br

marcelo.oleskovicz@cdgn.com.br



Comercial: mercado_gas@bahiagas.com.br
Programação: programacao_gas@bahiagas.com.br
Medição e Qualidade: medicao@bahiagas.com.br
Consolidação: programacao_gas@bahiagas.com.br
Faturamento: faturamento_gas@bahiagas.com.br

- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO.

entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

- (d) possuem políticas e procedimentos adequados em vigor em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

22.2. Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta CLÁUSULA VINTE E DOIS – CONDOTA DAS PARTES, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

22.3. Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE indenizante e suas AFILIADAS.

22.4. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Nulidade das cláusulas contratuais

Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

23.1.1. Na hipótese do item 23.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

23.2. Modificação das cláusulas contratuais

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

23.3. Declarações e garantias

Este documento foi assinado digitalmente por Larisse Karina Steliliano Gonsalves De Oliveira, Mauricio Torres Moreira e Joao Carlos Gonchorosky. Este documento foi assinado eletronicamente por Aureo Igor Wanderley Ramos e Juarez Valenca Abdalla Junior

-

-

substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

23.6. Sobrevivência

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que o item 7.4 e as Cláusulas 17 e 22 deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

23.7. Valor do CONTRATO

As PARTES concordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$604.357.875,00 (seiscentos e quatro milhões e trezentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

24.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

24.2. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Salvador, de dezembro de 2022.

CDGN LOGÍSTICA S.A.

João Carlos Gonchorosky
Diretor Operacional

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIAGÁS

Larisse Karina Stelitano Gonsalves Oliveira
Diretora Técnica e Comercial

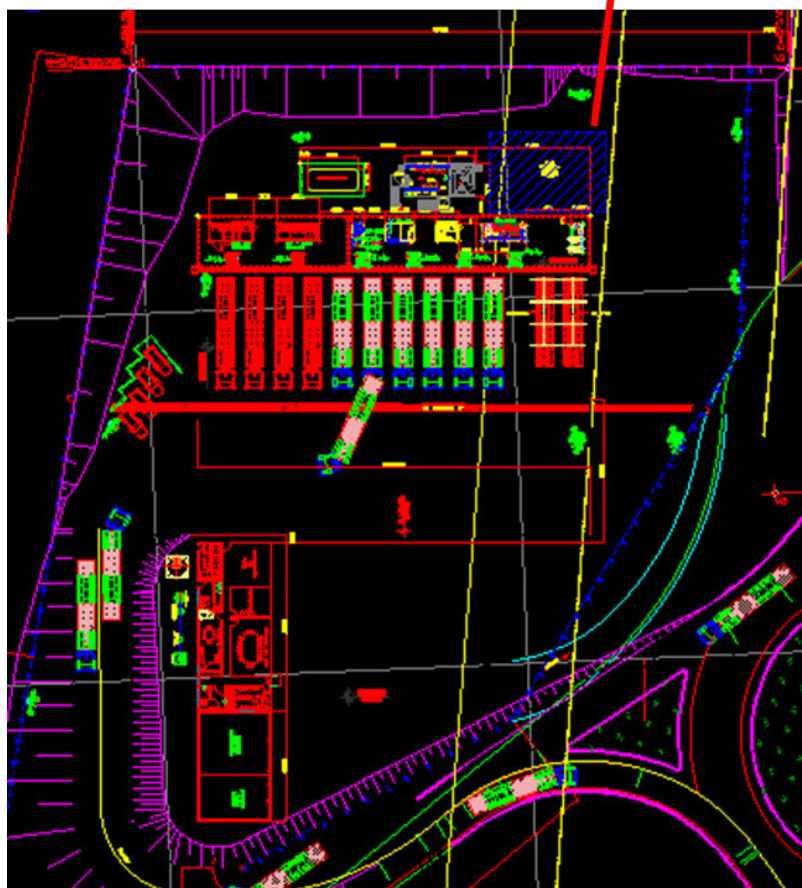
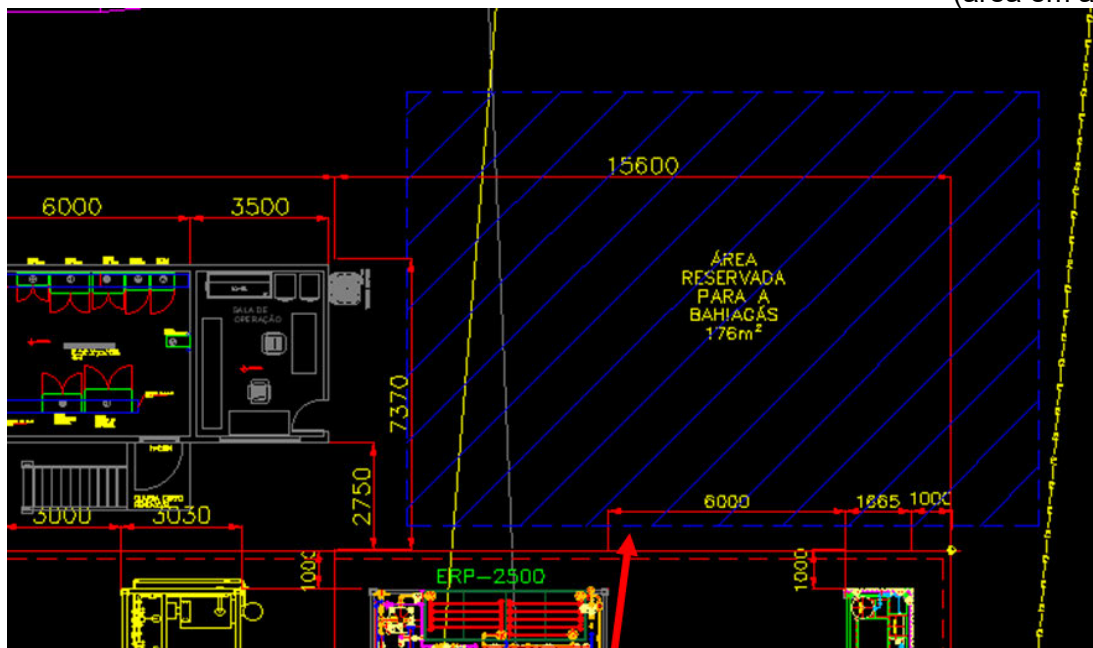
TESTEMUNHAS:

Nome: Juarez Valença Abdalla Junior

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO GÁS

COMPONENTES DO GÁS	UNIDADE	MÍN.	MÁX.
CO ₂	% (mol)	0,0	3,0
O ₂	% (mol)	0,0	0,5
Inertes (N ₂ +CO ₂)	% (mol)	0,0	20,0
C ₁ (Metano)	% (mol)	65,0	100,0
C ₂ (Etano)	% (mol)	0,0	15,0
C ₃ (Propano)	% (mol)	0,0	9,0
iC ₄ (Isobutano)	% (mol)	0,0	6,0
nC ₄ (n-Butano)	% (mol)	0,0	6,0
iC ₅ (Isopentano)	% (mol)	0,0	3,0
nC ₅ (n-Pentano)	% (mol)	0,0	3,0
C ₆ + (Hexano e mais pesados)	% (mol)	0,0	0,5
Enxofre Total	mg/m ³	0,0	70,0
Gás Sulfídrico (H ₂ S)	mg/m ³	0,0	13,0
Demais contaminantes	-	Isentos	
PROPRIEDADES DO GÁS	UNIDADE	MÍN.	MÁX.
Poder Calorífico Superior (PCS)	kJ/m ³	29.330	58.000
	kcal/m ³	7.000	14.000
Índice de Wobbe	kJ/m ³	38.967	71.000
Pto orv de água a 1atm, máx	°C	-	-35

(área em azul)



Coordenadas do terreno: 12°32'07.4"S 38°18'30.5"W

ANEXO III - CONDIÇÕES DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL PELO MODAL RODOVIÁRIO

Caso a BAHIAGÁS exerça o seu direito de contratar a CDGN para a prestação de serviços de transporte no modal rodoviário (GNC ou GNL) na forma dos itens 6.6 e 6.6.1 do CONTRATO celebrado em ____/____/____, as PARTES deverão celebrar um contrato de prestação de serviços de movimentação de gás pelo modal rodoviário (“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”) contendo, ao menos, os seguintes termos e condições:

- [illegible]

Desde que a distância rodoviária entre o ponto de recebimento e o ponto de entrega seja igual ou inferior a 20 km (vinte quilômetros) o preço do serviço de distribuição de GNC será estabelecido com base nos seguintes parâmetros:

Preço compressão, logística e descompressão: 2,6600 R\$/m³

QDC da distribuição: 2.000 m³/dia

Quantidades maiores estarão sujeitas a análise de viabilidade técnica.

Atualização Monetária: Os preços acima serão atualizados pela variação IPCA desde outubro de 2022 até a data de início da prestação de serviços e, a partir daí, a cada 12 meses (ou na menor periodicidade permitida pela lei) durante a vigência do contrato.

(v) Compromisso de movimentação (*Ship or Pay*) da BAHIAGÁS: Exceto no caso de falha na prestação do serviço, força maior ou por culpa exclusiva da CDGN, a BAHIAGÁS pagará o preço do serviço multiplicado por 80% da QDC da distribuição para cada dia de vigência do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, independentemente da efetiva movimentação. As Partes reconhecem que o Ship or Pay não é passível de recuperação.

(vi) Multas por Descumprimento na Prestação de Serviços: Exceto no caso de força maior ou por culpa exclusiva da BAHIA GÁS, a CDGN pagará o preço do serviço multiplicado pelo volume de gás não entregue pela CDGN em função de uma falha na entrega da QDC.

Compromisso de Entrega (DOP) [se houver]:	
Compromisso de Recebimento (TOP) [se houver]:	
Paradas Programadas:	
Programação:	.
Área da ERP (a ser cedida pela Bahiagás)	

Anexa à presente oferta encontra-se o Contrato Preliminar de que trata o item (ii), cláusula 4.2.2 do Contrato.

A presente oferta é válida de acordo com os prazos e procedimentos previstos na cláusula 4.2.2. do Contrato.

Atenciosamente,

CDGN Logística S.A.

CONTRATO PRELIMINAR DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM CDGN E BAHIA GÁS

CDGN LOGÍSTICA S.A., sociedade com sede na Av. Maracanã, nº 987/601, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.484.996/0001-71, doravante denominada “VENDEDORA” neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de vendedora, e

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES” e

- IX. A BAHIA GÁS exerceu direito de preferência para comprar gás natural da CDGN, nos termos na notificação de exercício enviada em resposta à notificação de oferta da CDGN enviada em ____/____/____ (“Notificação de Oferta”);
- X. As Partes comprometem-se, de forma irrevogável e irretratável, a vender e a comprar o gás natural objeto da Notificação de Oferta;
- XI. Até que um contrato definitivo seja celebrado, deverão vigorar entre as Partes os termos deste contrato preliminar;
- XII. As Partes reconhecem que o presente contrato preliminar contém todos os requisitos de um contrato definitivo de compra e venda de gás natural;

1. As Partes obrigam-se pelos seguintes termos e condições relativos à quantidade de gás natural objeto da presente compra e venda, sua qualidade e condições de entrega, início de fornecimento, prazo, preço, reajuste e faturamento, ponto de entrega, compromissos, programação e cessão de área da ERP:

Prazo:

Área da ERP (a ser cedida pela Bahiagás)

2. Até que o contrato definitivo seja celebrado, ficam incorporadas por referência a este Contrato Preliminar, como se dele fizessem parte integrante, todas as cláusulas do contrato de compra e venda de gás celebrado entre a CDGN e a BAHIA GÁS em ____/____/____ (“Contrato Original”) que não sejam expressamente contrárias às condições estabelecidas no item 1 acima:
3. As Partes se comprometem a emendar seus esforços para celebrar o contrato definitivo ou o aditivo ao Contrato Original, caso as Partes assim entenderem, no menor prazo possível.
4. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do Contrato Preliminar e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 10 (dez) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente contrato, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente contrato, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.
5. Na eventualidade de uma das Partes deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no contrato só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da parte renunciante.
6. Cada PARTE declara e garante que nem ela nem suas afiliadas (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo a Lei nº 12.846/13. Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das Partes, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.
7. Se qualquer disposição deste Contrato Preliminar for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as leis em vigor durante a vigência deste contrato, tal disposição será considerada completamente independente do contrato. Este Contrato

Preliminar será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

8. Este Contrato Preliminar não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as Partes.
9. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Salvador, ____ de ____ 202- ____.

CDGN LOGÍSTICA S.A.

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

TESTEMUNHAS:

ANEXO VI - PONTO DE ENTREGA ADICIONAL

ANEXO AO CONTRATO BAHÍAGAS E CDGN

ADITIVO Nº

Este instrumento tem suas condições vinculadas ao CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL, celebrado em xx/xx/20xx e seus eventuais aditivos, entre a Bahiagas e a CDGN.

A assinatura do presente instrumento representa a concordância das Partes, nos termos das disposições a seguir vinculadas:

1. LOCALIZAÇÃO DO PONTO DE ENTREGA:

2. LAYOUT COM PONTO DE DESCARREGAMENTO:

3. QDC – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA:

4. PRESSÃO MÍNIMA E MÁXIMO NO PONTO DE TRANSFERÊNCIA:

5. PREÇO DO GÁS no PONTO DE ENTREGA ADICIONAL:

--

--

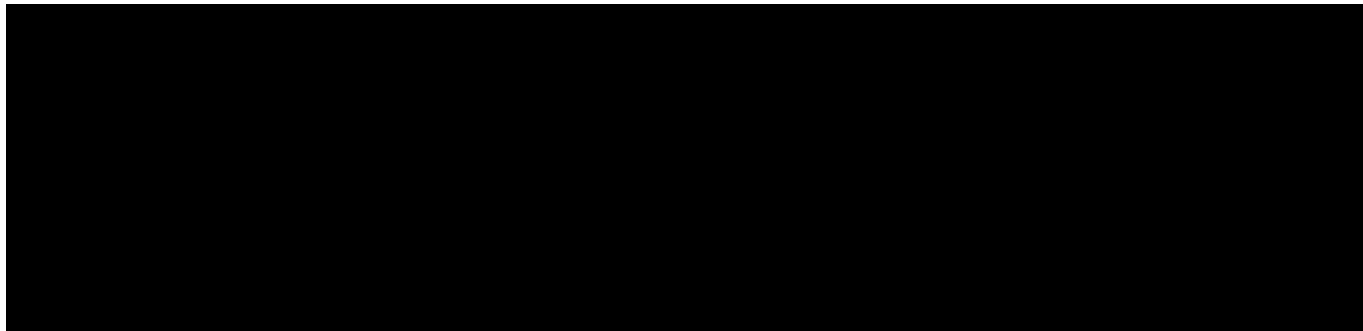
--

--

TESTEMUNHAS:

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: [REDACTED] ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/12/2022 é(são) :

☒ Larisse Karina Stelitano Gonsalves de Oliveira - [REDACTED] em 14/12/2022 09:27 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Aureo Igor Wanderley Ramos - [REDACTED] em 12/12/2022 11:25 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

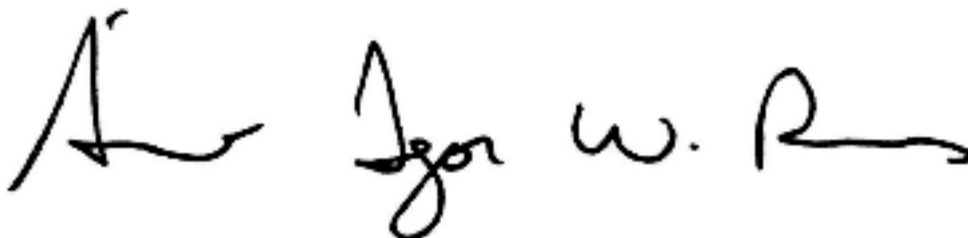
Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Mon Dec 12 2022 11:25:34 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)



Assinatura:



☒ Maurício Torres Moreira - [REDACTED] em 12/12/2022 09:01 UTC-03:00

Nome no certificado: Mauricio Torres Moreira

Tipo: Certificado Digital

☒ João Carlos Gonchorosky - [REDACTED] em 09/12/2022 11:58 UTC-03:00

Nome no certificado: Joao Carlos Gonchorosky

Tipo: Certificado Digital

☒ Juarez Valença Abdalla Junior - [REDACTED] em 07/12/2022 18:19 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: juarez.abdalla@mdcenergia.com.br

Evidências

Client Timestamp Wed Dec 07 2022 18:19:40 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)

[REDACTED]

[REDACTED]

Assinatura:

Juarez Abdalla

[REDACTED]

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 14/12/2022 é(são) :

☒ Tatiana Mendes Portugal - [REDACTED] em 12/12/2022 17:05

☒ UTC-03:00

[REDACTED]